



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DE ENGENHARIAS E CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CURSO DE AGRONOMIA

ITAMAR GOMES DOS SANTOS JÚNIOR

DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DO ASSENTAMENTO
RURAL FLOR DO BOSQUE - AL

RIO LARGO-AL
2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DE ENGENHARIAS E CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CURSO DE AGRONOMIA

ITAMAR GOMES DOS SANTOS JÚNIOR

DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DO ASSENTAMENTO
RURAL FLOR DO BOSQUE - AL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Agronomia pela Universidade Federal de Alagoas. Orientador: Prof. Dr. Jakes Halan de Queiroz Costa.

RIO LARGO-AL
2024

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Campus de Engenharias e Ciências Agrárias
Bibliotecário Responsável: Erisson Rodrigues de Santana - CRB4 - 1512

S237d Santos Junior, Itamar Gomes dos.

Diagnóstico socioeconômico do assentamento rural Flor do Bosque – AL. / Itamar Gomes dos Santos Junior. – 2024.

50 f.: il.

Orientador(a): Jakes Halan de Queiroz Costa.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Agronomia) – Graduação em Agronomia, Campus de Engenharias e Ciências Agrárias, Universidade Federal de Alagoas. Rio Largo, 2024.

Inclui bibliografia

1. Reforma Agrária. 2. Inclusão Social. 3. Políticas Públicas. I. Título.

CDU: 338.43.02

Folha de Avaliação

ITAMAR GOMES DOS SANTOS JUNIOR

DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DO ASSENTAMENTO RURAL FLOR DO BOSQUE - AL

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à
Banca Examinadora do Curso de Agronomia do
Campus de Engenharias e Ciências Agrárias, da
Universidade Federal de Alagoas e aprovado em
22 de outubro de 2024.

Banca Examinadora:



Documento assinado digitalmente
JAKES HALAN DE QUEIROZ COSTA
Data: 21/11/2024 19:36:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientador – Prof. Dr. Jakes Halan de Queiroz Costa (CECA/UFAL)



Documento assinado digitalmente
TANIA MARTA CARVALHO DOS SANTOS
Data: 21/11/2024 19:51:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinadora Interna - Profa. Dra. Tania Marta Carvalho dos Santos (CECA/UFAL)



Documento assinado digitalmente
JOAO MANOEL DA SILVA
Data: 22/11/2024 00:33:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinador Externo - Prof. Dr. João Manoel da Silva (IFAL)



Documento assinado digitalmente
ARTHUR COSTA PEREIRA SANTIAGO DE ALMEIDA
Data: 22/11/2024 10:32:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinador Externo - Eng. Agrônomo, M.Sc. Arthur Costa Pereira Santiago de Almeida
(CECA/UFAL)

Dedico esta monografia aos meus familiares e amigos pelo incentivo, apoio e compreensão; aos professores e orientadores que compartilharam seu conhecimento e experiência, contribuindo para meu crescimento pessoal e profissional; e a todos que, de certa forma, contribuíram para a construção deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço e dedico esta monografia às pessoas que sempre me ajudaram e deram apoio durante minha jornada acadêmica: à minha querida avó, Sra. Maria José Gomes dos Santos, que sempre me instruiu a trilhar o caminho do conhecimento. Infelizmente, não me pôde ver conquistando mais um sonho, mas sei que estaria orgulhosa de mim. À minha mãe, Sra. Missilene dos Santos Alves, e ao meu pai, Sr. Itamar Gomes dos Santos, pelo apoio incondicional em todos os momentos difíceis da minha trajetória acadêmica e que sempre me incentivaram a buscar minha melhor versão. Por fim, agradeço também ao meu orientador, Prof. Dr. Jakes Halan de Queiroz Costa, que, durante todo o período, me acompanhou pontualmente, dando todo o auxílio necessário para a elaboração deste trabalho.

*"Eu sou como o velho barco que guarda no seu bojo o
eterno ruído do mar batendo
No entanto, como está longe o mar e como é dura a terra
sob mim
Felizes são os pássaros que chegam mais cedo que eu à
suprema fraqueza
E voando caem, felizes e abençoados, nos parques onde a
primavera é eterna."
(Trecho do poema 'O Incrêdo')*

Vinicius de Moraes

RESUMO

Os assentamentos rurais, resultado de políticas públicas, buscam proporcionar acesso à terra e inclusão social, mas muitas vezes enfrentam desafios como falta de infraestrutura e apoio técnico, afetando a qualidade de vida dos beneficiários. No estado de Alagoas, embora haja um grande número de assentamentos, as características socioeconômicas dos assentamentos estão intrinsecamente ligadas às condições de pobreza e desigualdade que afetam historicamente a região. Um exemplo de destaque é o assentamento Flor do Bosque, situado no município de Messias, Alagoas. O assentamento Flor do Bosque apresenta paradoxos e exige uma análise mais profunda, utilizando métodos qualitativos como estudos de caso. Isso ajudará a entender as necessidades dos assentados e o desenvolvimento de políticas adequadas. O objetivo foi realizar um diagnóstico socioeconômico das famílias do assentamento Flor do Bosque, localizado em Messias - Alagoas. Para isso, adotou-se uma abordagem de pesquisa qualitativa, buscando identificar problemas específicos do ambiente e propor soluções. Para isso fontes teóricas foram utilizadas, incluindo revisão bibliográfica, pesquisa documental, e contatos diretos. Métodos como entrevistas semiestruturadas e grupos focais também foram utilizados para entender a perspectiva dos participantes. Os dados coletados foram analisados seguindo a metodologia de Bardin, com etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, buscando respostas exigidas e uma ligação entre os dados empíricos e conhecimentos adquiridos. O trabalho revelou um cenário de fragilidades expressas no perfil dos assentados, na infraestrutura disponível e nos processos de produção sendo essencial fortalecer políticas públicas que considerem as especificidades enfrentadas pelos assentados, com investimentos em capacitação e infraestrutura local.

Palavras chaves: Reforma Agrária. Inclusão Social. Políticas Públicas.

ABSTRACT

The rural settlements, as a result of public policies, aim to provide access to land and promote social inclusion. However, they often face challenges such as a lack of infrastructure and technical support, which affect the beneficiaries' quality of life. In the state of Alagoas, despite the large number of settlements, the socioeconomic characteristics of these communities are intrinsically linked to the poverty and inequality that have historically impacted the region. A notable example is the Flor do Bosque settlement, located in the municipality of Messias, Alagoas. This settlement presents significant paradoxes and requires deeper analysis through qualitative methods, such as case studies. Such approaches help in understanding the settlers' needs and developing appropriate policies. The objective was to carry out a socioeconomic diagnosis of families in the Flor do Bosque settlement, located in Messias - Alagoas. To achieve this, a qualitative research approach was adopted, seeking to identify specific problems in the environment and propose solutions. For this, theoretical sources were used, including bibliographic review, documentary research, and direct contacts. Methods such as semi-structured interviews and focus groups were also used to understand the participants' perspectives. The collected data was analyzed following Bardin's methodology, with stages of pre-analysis, exploration of the material and treatment of results, seeking required answers and a link between empirical data and acquired knowledge. The work revealed a scenario of weaknesses expressed in the profile of the settlers, in the available infrastructure and in the production processes, making it essential to strengthen public policies that consider the specificities faced by the settlers, with investments in training and local infrastructure.

Keywords: Agrarian Reform. Social Inclusion. Public Policies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Figura 1 - Renda (Média) por Salário-Mínimo de acordo com a Função de Trabalho dos Entrevistados no Assentamento Flor do Bosque, Messias-AL.....34
Figura 2	Figura 2 - Principais Bens Materiais Possuídos pelos Entrevistados no Assentamento Flor do Bosque, Messias-AL.....35
Figura 3	Figura 3 - Opinião dos Entrevistados sobre a Infraestrutura Local no Assentamento Flor do Bosque, Messias-AL.....36
Figura 4	Figura 4 - Proporção de Entrevistados que Calcula os Custos de Produção no Assentamento Flor do Bosque, Messias-AL.....38
Figura 5	Figura 5 - Proporção de Entrevistados que Realizam Controle Financeiro Familiar no Assentamento Flor do Bosque, Messias-AL.....39
Figura 6	Figura 6 - Diversidade de Culturas no Assentamento Flor do Bosque, Messias - AL: Foco na Agricultura Familiar e Produção Sustentável.....42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Distribuição dos Níveis de Escolaridade dos Entrevistados no Assentamento Flor do Bosque, Messias-AL.....	40
----------	---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF	CONSTITUIÇÃO FEDERAL
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
PEC	PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL
CPT	COMISSÃO PASTORAL DA TERRA
INCRA	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
IDH	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
PIB	PRODUTO INTERNO BRUTO
IFAL	INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
UFAL	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PAC	PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO
EMATER	INSTITUTO DE INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
SEBRAE	SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	METODOLOGIA	15
3	DESAFIOS DA QUESTÃO AGRÁRIA: DESIGUALDADE SOCIAL E CARACTERÍSTICAS DO ASSENTAMENTO FLOR DO BOSQUE	19
3.1	Contexto da Questão Agrária e Seus Desafios no Brasil	19
3.2	Análise da Desigualdade Social e Concentração Fundiária.....	23
3.3	Brasil Econômico-Administrativo e os Aspectos Sociais: Características do Assentamento Flor do Bosque.....	26
4	DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E RECOMENDAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ASSENTAMENTO.....	32
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	34
6	CONCLUSÃO.....	45
	REFERÊNCIAS.....	46

INTRODUÇÃO

A abordagem da questão agrária no Brasil é ampla e abrangente, envolvendo uma diversidade de aspectos e perspectivas (MORISSAWA, 2001; STEDILE e LOCONTE, 1997). Dentro desse panorama, destacam-se os debates sobre reforma agrária e assentamentos rurais, bem como as discussões acerca da histórica e estrutural problemática relacionada à desigualdade, concentração de terras, o latifúndio e a exploração do trabalhador rural. A desigualdade social e a concentração fundiária são características persistentes na sociedade brasileira. Esses fenômenos têm raízes profundas que remontam à época da colonização em 1500, e foram agravados pela promulgação da Lei de Terras em 1850 (WESTIN, 2020).

Os assentamentos rurais surgem por meio de políticas públicas que visam proporcionar acesso à terra e promover a inclusão social e redistribuição de riquezas para os trabalhadores rurais sem-terra. No entanto, para aqueles que conseguem conquistar a terra e se tornarem beneficiários da reforma agrária, surgem expectativas de superação das dificuldades enfrentadas, abrindo caminho para um novo começo desejado (Bruno; Medeiros, 2001). Essas dificuldades persistem devido à falta de infraestrutura, crédito, assistência técnica, produção e comercialização nos projetos de assentamentos rurais em todo o Brasil. Isso pode afetar diretamente as condições e a qualidade de vida desses atores (CARVALHO, 2010).

O estado de Alagoas tem se destacado pelo número significativo de assentamentos rurais, o quantitativo de famílias assentadas e o número de hectares de terras disponibilizado para reforma agrária (Costa et al., 2017; Bezerra, 2012). Entretanto, este processo, contraditoriamente, não tem gerado riqueza. Os assentamentos rurais em Alagoas apresentam características socioeconômicas singulares que refletem a realidade social e econômica do estado, intrinsecamente ligadas às condições de pobreza e desigualdade que historicamente afetam a região. De acordo com Carvalho (2010), o estado de Alagoas não apenas apresenta uma baixa produção de riqueza, mas também possui uma distribuição de renda desigual, excluindo a maioria da população do mercado consumidor interno. Nesse cenário, em que a economia é frágil, a presença do Estado desempenha um papel crucial e o setor público se torna um grande empregador.

No contexto atual, destaca-se o assentamento Flor do Bosque, situado no município de Messias, Alagoas. Ao longo de sua trajetória, esse assentamento tem sido marcado por conflitos, resistências e conquistas. A história do povo do Bosque reflete apenas uma pequena

parte da história de tantos outros trabalhadores rurais sem-terra em Alagoas que lutaram pela reforma agrária. São relatos de indivíduos que, unidos, tiveram a coragem de deixar suas casas e empreender uma luta pela conquista de um pedaço de terra (CPT, 2011).

De acordo com o censo de 2022 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022), a população total e residente de Messias é de 15.405 habitantes e em termos de desenvolvimento, Messias ocupa a 38ª posição no ranking estadual, dentre 101 municípios, e apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,568, classificado como baixo.

Durante a trajetória socioeconômica de Messias, ocorreu por anos uma predominância da exploração da cana-de-açúcar. No entanto, a configuração desse espaço passou por alterações substanciais, influenciadas por fatores externos, como preços e concorrência internacional, e por fatores internos, como mudanças nas relações técnicas e sociais de produção (INCRA, 2015). Para Leite et al. (2004), a criação de assentamentos ocasiona em mudanças no uso e nas formas de ocupação do solo, proporcionando variabilidade nas principais atividades agropecuárias da cidade, movimentando a economia local.

Apesar de sua influência e importância, o assentamento Flor do Bosque apresenta uma série de paradoxos e questões que requerem uma análise mais profunda. Sendo assim, é necessário conduzir estudos com uma abordagem de pesquisa descritiva, priorizando a utilização de métodos qualitativos que auxiliem na melhor compreensão e aprimoramento das capacidades e fragilidades das propostas atuais de assentamentos. Isso pode ser feito por meio de estudos de caso, que incorporam a análise de documentos e a utilização de informações secundárias provenientes de fontes oficiais. Por meio dessas pesquisas, é possível obter uma compreensão mais abrangente das situações experimentadas pelos assentados, o que contribui para a formulação de medidas e políticas mais adequadas às suas necessidades.

O objetivo geral do trabalho foi realizar diagnóstico socioeconômico dos núcleos familiares do assentamento Flor do Bosque, localizado em Messias - Alagoas. Os objetivos específicos foram: Levantar os aspectos gerais dos assentados vinculados ao Assentamento Flor do Bosque; Indicar lacunas e fragilidades que afetam o desenvolvimento rural dessa comunidade assentada; Compreender de forma abrangente a situação socioeconômica das famílias e as questões que impactam seu progresso; Identificar a percepção de ações e intervenções que possam fortalecer o desenvolvimento sustentável e melhorar as condições de vida no assentamento em questão.

3 METODOLOGIA

O município de Messias está situado na região nordeste do Estado de Alagoas, fazendo divisa ao norte e leste com o município de Flexeiras, ao sul com Rio Largo, e a oeste com Murici. Sua área territorial abrange 112,87 km², o que corresponde a 4,10% da área total de Alagoas. Messias está localizado na mesorregião do Leste Alagoano e na microrregião da Mata Alagoana.

O presente estudo foi conduzido no assentamento Flor do Bosque, localizado na região delimitada ao norte pelas terras da fazenda 29 Serra Verde e pela BR 101, ao leste pelas terras da fazenda Prazeres, ao sul pelas terras da fazenda Riacho Branco e a oeste pela BR 101 (CPT, 2011). O assentamento está situado na mesorregião da Mata Alagoana e na Microrregião Homogênea 116, com sede no município de Messias, Alagoas. Essa região é conhecida como uma área canavieira que enfrentou uma grave crise econômica a mais de duas décadas. Anteriormente, essas terras pertenciam à antiga Usina Bititinga, que ao encerrar suas operações, resultou no desemprego de centenas de famílias. Em resposta a essa situação, as famílias ocuparam a propriedade em 1998 (CPT, 2011).

O assentamento Flor do Bosque possui 35 famílias oriundas da região, esta área possui uma extensão de 350,8 há (Cavalcante et al., 2020), sendo o trabalho de pesquisa realizado em 13 delas, com uso de entrevistas semiestruturadas (VIERTLER, 1988), com o objetivo de construir um diagnóstico socioeconômico do assentamento a partir de uma pesquisa, eminentemente qualitativa, tendo em vista que o ambiente natural foi a fonte direta para a coleta dos dados sendo o pesquisador a ferramenta chave. Trabalhando-se, grupos focais quando possível, com a subjetividade dos sujeitos da unidade de análise pesquisada.

Conforme Zanella (2013) a pesquisa científica tem como finalidade gerar soluções aos problemas humanos, entender como lidar com um problema. Pretende-se, neste trabalho, tendo em vista o objetivo, fazer uso dos métodos descritivo e exploratório. Zanella (2013) registra que os estudos exploratórios têm a finalidade de ampliar o conhecimento a respeito de um determinado problema. De acordo com Martins e Campos (2003) este método de pesquisa deve ser pautado na observação e análise dos significados e características do fenômeno estudado, não se limitando apenas à quantificação. A pesquisa qualitativa estuda a realidade em seu

contexto natural, tal como ocorre, e procura dar sentido ou interpretar os fenômenos de acordo com os significados que possuem para as pessoas implicadas nesse contexto.

Conforme Triviños (2008) esse tipo de pesquisa, aparentemente simples, explora a realidade buscando maior conhecimento, para depois planejar uma pesquisa descritiva. A pesquisa descritiva procura conhecer a realidade estudada, suas características, seus problemas. Pretende descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 2008).

Os dados foram obtidos utilizando-se três procedimentos: revisão bibliográfica, estudo documental, e contatos diretos, conforme Marconi e Lakatos (2005).

Inicialmente, realizou-se uma revisão bibliográfica para obter conceitos que auxiliaram na explanação dos dados obtidos em campo. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é aquela que se baseia em material já elaborado, como livros e artigos científicos. Uma das principais vantagens da pesquisa bibliográfica é permitir ao pesquisador abranger uma quantidade maior de fenômenos do que seria possível investigar diretamente.

O estudo documental representou o ponto básico na coleta dos dados para o trabalho proposto tendo-se como principais fontes os documentos escritos disponíveis em organizações diversas (INCRA, empresas privadas e cooperativas de trabalhadores prestadoras de serviços de Assessoria Técnica Ambiental e Social etc.) - os denominados registros institucionais escritos. Os registros estatísticos representaram outra fonte de dados e foram buscados junto à órgãos/entidades conforme plano de pesquisa. Os Planos de Desenvolvimento dos Projetos de Assentamentos foram documentos fundamentais para a pesquisa.

Para a coleta de dados junto aos assentados utilizou-se a entrevista, com roteiro semiestruturado, construído e testado previamente, envolvendo o universo de atores. Segundo Zanella (2013) de acordo com a forma como se estrutura, a entrevista pode ser estruturada, não-estruturada ou semiestruturada. Esta última seguiu um roteiro estipulado pelo entrevistador, mas sem se prender rigidamente à sequência das perguntas, com o diálogo fluindo conforme os depoimentos do entrevistado.

Para a coleta de dados junto aos técnicos e gestores das organizações envolvidas com os assentamentos utilizou-se, também, a entrevista, com roteiro semiestruturado, construído e testado previamente, englobando o universo de atores. Realizaram-se visitas, contatos e observações de campo nos assentamentos e instituições diversas, cujos registros foram apontados no Caderno de Campo. No caso em apreço, buscou-se aprofundar o conhecimento

sobre a realidade do assentamento, cujos resultados contribuem para a compreensão de aspectos da realidade, formular novas questões para o encaminhamento de outras pesquisas sobre a temática estudada, a luz da visão dos atores sociais envolvidos.

Os dados coletados no campo foram decodificados, transcritos, tratados e submetidos à análise, conforme metodologia recomendada por Bardin (2011). Com a análise organizada em três polos cronológicos conforme Bardin (2011): a) a pré-análise; b) a exploração do material; c) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação dos dados. Essas fases buscam estruturar, codificar e interpretar os dados de maneira sistemática.

a) Pré-análise

A pré-análise é uma fase inicial e preparatória, onde o pesquisador realiza uma leitura exploratória para compreender os dados e identificar aspectos relevantes. Essa etapa envolve a seleção de documentos, definição de hipóteses e objetivos e a organização do material em unidades de análise, como palavras, frases ou parágrafos. É essencial para criar um plano de análise estruturado (Bardin, 2011).

b) Exploração do material

Na exploração, o pesquisador transforma o conteúdo bruto em dados significativos. Isso ocorre por meio da obtenção (identificação de categorias temáticas), classificação (agrupamento em categorias) e recorte (segmentação em unidades de registro e contexto). Essa fase exige rigor metodológico para garantir consistência e clareza na análise (BARDIN, 2011).

c) Tratamento dos resultados, inferência e interpretação

A etapa final consiste na síntese dos dados analisados e na formulação de interpretações fundamentadas. As categorias identificadas são apresentadas criticamente para encontrar padrões, relações e significados, alinhando os resultados ao referencial teórico e apresentando-os de forma clara e válida (BARDIN, 2011).

A análise dos resultados objetivou a organização dos dados a fim de se obter as respostas requeridas, enquanto a interpretação dos dados gerou a ligação entre os dados empíricos e os conhecimentos obtidos até então.

3 DESAFIOS DA QUESTÃO AGRÁRIA: DESIGUALDADE SOCIAL E CARACTERÍSTICAS DO ASSENTAMENTO FLOR DO BOSQUE

Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2015) indicam que o Brasil possui cerca de 100 milhões de hectares de terras ociosas, com os reajustes nos registros fundiários entre 2010 e 2014. Durante esse período, observou-se a expansão das grandes propriedades privadas e públicas, que antes ocupavam 56,1% e passaram a ocupar 59,6% da área total, enquanto a participação de minifúndios, pequenas e médias propriedades caíram significativamente, de 8,2% para 7,8%; de 15,6% para 14,7%; e de 20% para 17,9%, respectivamente.

Esse processo reflete a concentração histórica fundiária no país, marcada pela herança das capitâneas hereditárias, a Lei de Terras de 1850, a abolição da escravidão e a redemocratização inacabada pós-1964. Uma economia dominada pelas elites agrárias, que controlam a terra e a oferta de trabalho, perpetuando desigualdades estruturais, onde, o “monopólio da terra e a existência de excedentes populacionais garantiriam o controle da oferta de trabalho” (REIS, 1998, p. 145).

A questão agrária no Brasil é marcada por profundas desigualdades sociais e uma histórica concentração fundiária, que representam grandes desafios para a implementação de políticas de reforma agrária. A concentração fundiária no Brasil exclui uma parcela significativa da população de acesso e uso da terra. Segundo o historiador Caio Prado Junior (2000), no início da década de 2000, mais de 30 milhões de brasileiros, ou seja, mais da metade da população do país, dependia diretamente da terra para sobreviver, uma vez que outras alternativas não eram viáveis naquelas condições. No entanto, devido à elevada concentração de terras, característica da economia agrária brasileira, o uso da terra beneficiou principalmente uma minoria privilegiada. Essa realidade resultou em baixos padrões de vida, tanto materiais quanto culturais, para a maior parte da população, reforçando desigualdades.

Essa exclusão do acesso à terra é resultado do avanço de um modelo econômico que centralizou a posse em poucas famílias, uma prática recorrente em todas as regiões, incluindo Alagoas. Dados recentes do INCRA (2018), corroboram essa tendência, evidenciando que o Brasil possui uma das maiores concentrações fundiárias do mundo. Essa problemática coloca a questão agrária como central para o debate nacional. De acordo com Ianni (2003), a questão

fundiária permanece mal resolvida, com soluções temporárias que geralmente favorecem as elites dominantes em processos marcados pelo autoritarismo.

O contexto agrário brasileiro envolve disputas pela posse da terra e a dificuldade de promover um desenvolvimento rural sustentável. As políticas públicas voltadas para a criação de assentamentos rurais buscam corrigir essas distorções, mas enfrentam barreiras como falta de infraestrutura, assistência técnica insuficiente e exclusão social. Esses desafios refletem as dificuldades em reduzir a concentração de terras e promover a inclusão social no campo, evidenciando a complexidade da questão agrária no país.

Dentro desse cenário, o Assentamento Flor do Bosque, localizado no município de Messias, Alagoas, é um exemplo emblemático dos problemas enfrentados. A caracterização desse assentamento revela tanto as dificuldades socioeconômicas quanto o potencial de transformação que ele carrega. Socialmente, os assentados enfrentam desafios como a precariedade no acesso a serviços básicos e a vulnerabilidade econômica. No entanto, com políticas adequadas, o assentamento pode se tornar um espaço de melhoria da qualidade de vida para seus moradores, contribuindo para a redução da desigualdade rural e a promoção de uma maior equidade social.

3.1 Contexto da Questão Agrária e Seus Desafios no Brasil

A questão agrária no Brasil tem suas raízes no período colonial¹, quando grandes extensões de terra foram distribuídas a poucas famílias por meio das capitanias hereditárias, estabelecendo uma estrutura fundiária altamente desigual. Com o passar do tempo, esse padrão foi reforçado pela expansão das monoculturas voltadas para exportação, como o açúcar, o café e, mais recentemente, a soja e o milho. Esse histórico de concentração de terras resultou em um problema agrário que perdura até hoje, caracterizado pela dificuldade de acesso à terra, forte concentração fundiária e frequentes disputas pela posse de terras.

Segundo Fernandes (2001), a criação de assentamentos no Brasil, especialmente a partir da década de 1980, surgiu como uma resposta às crescentes pressões por reforma agrária e à necessidade de redistribuir terras improdutivas para populações sem-terra. Esses assentamentos foram organizados por meio de políticas públicas, sendo o Instituto Nacional de

¹ Período histórico da formação do Estado brasileiro no qual corresponde aos acontecimentos que tocam as ocorrências entre a chegada dos portugueses até o início do período do Brasil Imperial – 1822 Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/historiab.htm>. Acesso em: 21 novembro de 2024.

Colonização e Reforma Agrária (INCRA) o principal órgão responsável pela sua implementação. O objetivo era garantir acesso à terra para famílias rurais, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento de pequenas unidades produtivas. De acordo com as informações do Governo Federal (BRASIL, 1964).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é uma das maiores organizações sociais do Brasil, surgida em 1984 como resposta às desigualdades históricas no acesso à terra e à concentração fundiária no país. O MST luta pela reforma agrária e pela garantia dos direitos dos trabalhadores rurais, buscando a redistribuição de terras improdutivas para promover a justiça social e o desenvolvimento sustentável. Além de reivindicar terras para fins produtivos, o movimento atua na organização de comunidades em assentamentos, promovendo a educação, a saúde e a produção agroecológica. Sua importância reside no enfrentamento das desigualdades rurais e na contribuição para a segurança alimentar e o fortalecimento da agricultura familiar no Brasil, enfrentando desafios que vão desde a criminalização de suas ações até a resistência de setores políticos e econômicos (FERNANDES, 2000; STEDILE, 1999).

Nesse contexto, a ocupação de Flor do Bosque representa o confronto entre o movimento sem-terra, como sujeito político, e o latifúndio, símbolo de dominação agrária. Mais que um conflito local, a ação questiona a estrutura fundiária nacional e inspira outras mobilizações em Alagoas e além. As famílias envolvidas desafiaram decisões judiciais, mobilizaram apoios e romperam com o controle tradicional, evidenciando a tensão do conflito agrário e contribuindo para a reflexão sobre a questão fundiária no Brasil (LIMA, 2014, p. 390).

Além de promover cidadania, proporcionar a desconcentração e democratização da estrutura fundiária e gerar renda no campo, a Reforma Agrária favorece: A produção de alimentos básicos, o combate à fome e à pobreza, promoção da cidadania e da justiça social, a interiorização dos serviços públicos básicos, a redução da migração campo-cidade, a diversificação do comércio e dos serviços no meio rural (INCRA, 2023).

Contudo, de acordo com Gosch (2020), os assentamentos muitas vezes foram criados em áreas com pouca infraestrutura, ou até mesmo em áreas impróprias para a exploração agropecuária e/ou com ônus ambientais, que recaem sobre os trabalhadores rurais assentados, aumentando significativamente os desafios a eles impostos. Embora tenham proporcionado a milhares de famílias o direito à terra, os assentamentos enfrentam dificuldades estruturais, como a falta de apoio técnico, recursos financeiros e infraestrutura básica, como água, energia e estradas. Muitos assentados têm dificuldade em obter crédito agrícola, o que limita sua capacidade de transformar a terra em um meio produtivo e sustentável.

A ausência de políticas integradas de apoio à agricultura familiar e de programas contínuos de capacitação e assistência técnica compromete o sucesso de muitos assentamentos. Dessa forma, mesmo com o acesso à terra, os assentados continuam vulneráveis às pressões econômicas e sociais, muitas vezes incapazes de competir com o modelo agrário exportador que domina o setor rural brasileiro. "A ausência de políticas integradas de apoio à agricultura familiar, aliada à falta de assistência técnica contínua, resulta em baixa produtividade e perpetua a vulnerabilidade dos pequenos produtores, que permanecem marginalizados no cenário econômico rural" (SILVA, 2018, p. 112). Pode-se destacar o papel dos jovens e adolescentes nesse contexto, onde as políticas públicas, além de não ajudarem o pequeno produtor, ainda incentivam o trabalho infantil, com o discurso de “melhor trabalhando do que na rua”. Como diz Rizzini (2010, p. 456):

Na década de 1920, a falta de braços para a agricultura levou à criação de colônias agrícolas no Brasil, respaldadas pela ideia de que “a criança é o melhor imigrante”. Em todo o Brasil, por iniciativa do Departamento Nacional de Povoamento, funcionaram vinte patronatos agrícolas, colônias que albergavam e atendiam crianças recolhidas nas ruas, visando exatamente a “formação do trabalhador nacional”. Os patronatos recebiam o limbo da sociedade: garotos que perambulavam pelas cidades. Em acessos de “limpeza” e ordenamento social, a polícia recolhia os chamados “pivettes” – expressão datada de 1938 primeiramente no relatório de Sabóia Lima e hoje de uso corrente – e o juizado os enviava às colônias, onde seriam preparados para o trabalho agrícola.

Os desafios enfrentados pela reforma agrária no Brasil são numerosos. Por um lado, há uma resistência histórica por parte das elites agrárias em ceder terras para redistribuição. Por outro, a falta de políticas públicas eficazes para garantir a infraestrutura e o apoio técnico necessário para os assentados limita o potencial de desenvolvimento dessas áreas. Além disso, segundo Flexor (2017, p. 23), os grandes latifúndios improdutivos, muitas vezes usados como reserva de valor ou para especulação, representam um entrave ao uso produtivo da terra e à melhoria das condições de vida no meio rural.

O modelo agrário exportador, com base na monocultura e na produção em larga escala para mercados internacionais, também contribui para a manutenção de desigualdades estruturais no campo. Ao priorizar culturas como soja, cana-de-açúcar e algodão, que exigem grandes extensões de terra, esse sistema marginaliza os pequenos produtores e compromete a segurança alimentar local.

Nos assentamentos rurais, as consequências desse modelo são graves: os moradores, que já enfrentam condições precárias de vida, muitas vezes têm dificuldade em competir com as grandes fazendas voltadas para exportação. Sem políticas de incentivo à agricultura familiar e ao desenvolvimento sustentável, os assentados continuam em uma situação de

vulnerabilidade, com dificuldades de acesso a recursos básicos e oportunidades econômicas. Como diz Nunes (2024, p. 2),

O agronegócio surge como sustentáculo da economia e dos resultados positivos do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, ou seja, um modo de cultivo intensivo de monocultura produzida em grandes propriedades de terra, cujo objetivo é a exportação. Esta produção é transformada em toneladas de sacas de grãos, gerando bilhões de dólares em lucros para uma minoria de proprietários de terras, mas, é legitimada no Brasil como baluarte do desenvolvimento econômico do país.

O modelo agrário de Alagoas reflete conflitos e dificuldades nacionais. Apesar de ter muitos recursos agrícolas, Alagoas também tem muitas propriedades concentradas em monoculturas, como a cana-de-açúcar, que seguem o modelo agrário exportador predominante no Brasil. A concentração fundiária em Alagoas prejudica as condições de vida e trabalho dos pequenos produtores e assentados. Essa desigualdade é agravada pela falta de infraestrutura e acesso a recursos e tecnologias adequados. Como resultado, o estado implementou um modelo econômico que prioriza as grandes lavouras destinadas à exportação, excluindo os pequenos produtores e comprometendo a viabilidade das políticas de reforma agrária.

Em Alagoas, a questão da terra transcende o aspecto patrimonialista, assumindo um papel central como problema político ligado ao poder e à reforma agrária. Os movimentos sociais, como o dos sem-terra, enfrentam uma estrutura secular de mando político vinculada à posse da terra, desafiando o domínio agrário tradicional. A relação entre terra e história no estado é tão marcante que alguns autores consideram a luta pela terra como elemento definidor da trajetória histórica de Alagoas (ALBUQUERQUE, 2009).

A economia alagoana, é historicamente marcada pela concentração fundiária, permanece estruturada em um modelo econômico fechado, onde a posse e a produção de terras agricultáveis, como as externas ao açúcar e ao gado, monopolizam a dinâmica social e política da região, causando muitos problemas aos assentamentos rurais do estado. Alagoas tem recursos agrícolas abundantes, mas a concentração fundiária em grandes propriedades de monoculturas, como cana-de-açúcar, impede que as áreas rurais se desenvolvam de forma equitativa. No caso de Flor do Bosque, a questão social gira em torno da terra destinada à produção açucareira, evidenciando a relação entre o sistema econômico regional e as desigualdades fundiárias (MEDEIROS, 2007).

Nesse contexto, vários produtores menores, que vivem em assentamentos no estado ainda sustentam o argumento da produção de cana, afirmando que ela é de mais fácil comercialização e precisam se manter, porém, esta atividade “empobrece o solo e o uso de

agrotóxicos [...] prejudica a cultura dos que não o utiliza” (PEREIRA, 2017, p. 3), fazendo assim com que os pequenos proprietários de terras fiquem sem saída.

Essa estrutura agrária exportadora tem um impacto desproporcional nos assentamentos, que geralmente estão localizados em locais remotos e com infraestrutura inadequada. Esses assentados enfrentam mais problemas porque não têm acesso a tecnologias modernas e recursos essenciais. Como resultado, eles não podem competir com grandes lavouras destinadas ao mercado internacional. A preponderância de grande monocultura e a falta de apoio à agricultura familiar marginaliza ainda mais os pequenos produtores, o que prejudica a eficácia das políticas de reforma agrária e perpetuando um ciclo de desigualdade e exclusão econômica no campo.

3.2 Análise da Desigualdade Social e Concentração Fundiária

Tratar do tema da desigualdade no Brasil é fazer uma retomada ao processo de formação política e, sobretudo, da organização da indústria brasileira. Nesse sentido, a partir da data de 1889² até as primeiras décadas do século XX, as mudanças se deram pelo lento processo de transição entre o ‘Brasil Império’ ao movimento de industrialização nacional.

O século XX, portanto, teve suas próprias particularidades ao transpor-se na transição dos regimes políticos. Noutros termos, ao transpassar para o que se conhece como ‘Brasil República’, houve décadas nos quais o trabalho e a subsistência do comércio tendiam ao colapso, pois a mão de obra escrava extinguiu-se e a reestruturação do poder financeiro encontrava-se fragilizado, nesses termos, o período posterior da proclamação da república estendera-se até 1930³ e, carrega consigo, as particularidades desta transição.

As duas primeiras décadas do regime republicano representaram um período ímpar para a história da urbanização e da industrialização de São Paulo. O solapamento do sistema escravista e a entrada maciça de mão de obra imigrante resultou numa profunda transformação do quadro social da cidade. As grandes lavouras de café, que até então impulsionavam a economia do Estado, garantiram a presença abundante de trabalhadores e de quadros técnicos capazes de alavancar a incipiente industrialização que se processava, ajudando a consolidar as relações capitalistas de produção. A economia dinamizava-se e diversificava-se com a ampliação do consumo e do mercado de trabalho, onde o imigrante assumia papel fundamental. Da mesma forma, crescia e dinamizava-se também a cidade, afirmando-se como grande mercado distribuidor e centro de integração regional. Verificava-se um crescimento

² Ano de proclamação da República.

³ Período histórico conhecido como ‘República Velha’, demarca o fim do Império e a transição para a sociedade republicana. Contudo, o tempo fora necessário para a reorganização social.

constante do pequeno comércio, da classe média profissional ou burocrática e uma intensificação da divisão do trabalho (SANTOS, 2010, p. 258).

Ao que foi supracitado, a situação social e econômica do país era frágil e encontrava-se com dificuldades nas relações sociais enquanto identificação cultural. Os costumes e a cultura (THOMPSON, 1998, p. 14), como expressão da identidade comum era insipiente para o momento histórico que o Brasil se encontrava, contudo, o enfoque nas relações de trabalho era de alicerçamento e de pouca mobilidade.

Nesse aspecto, poder-se-ia fomentar a hipótese que a desigualdade foi um processo de construção paulatinamente constante e enraizado no imaginário (LE GOFF, 2013) popular. As dinâmicas de trabalho – ou falta do mesmo – circunscreviam um panorama arraigado de instabilidade e aos excessos sociais – fome, crime e, principalmente, desigualdade.

[...], a aura republicana moldava a forte dicotomia entre os mundos do trabalho e da vadiagem, protagonizados respectivamente pelo imigrante e pelo nacional, principalmente aquele advindo da escravidão. A eugenia era ideia corrente entre teóricos e autoridades e a “profilaxia social” era praticada cotidianamente. A busca pelo trabalhador ideal não cessava, hostilizando-se assim, não só o negro – representante de um passado a esquecer –, como também aqueles imigrantes portadores de ideias “nocivas” à ordem social. Bania-se do país os líderes sindicais, os dirigentes de greves e de reivindicações populares, de modo que o papel dos aparelhos policiais era de extrema importância. Neste contexto, verifica-se o surgimento ou o agravamento de crises sociais que outrora eram pouco relevantes no cotidiano da cidade. A criminalidade avolumara-se e tornara-se uma faceta importante daquele cotidiano, quer pela vivência dos fatos materiais, quer pela interiorização da insegurança que em maior ou menor grau atingia as pessoas. O aumento da ocorrência de crimes é acompanhado pelo aumento e especialização dos mecanismos de repressão, gerando uma maior incidência de conflitos urbanos, numa clara manifestação do agravamento das tensões sociais (SANTOS, 2010, p. 260).

Nesse sentido, percebe-se a desigualdade como um fenômeno decorrente dessas expressões de fatos históricos nos quais se construíram a identidade cultural e, conseqüentemente, os costumes (THOMPSON, 1998, p. 86). Isto posto, Moura (2010) traz que o cenário de industrialização carregava o signo da precarização que a sociedade se encontrava e, nesses termos, qual era a relação entre a pobreza e a desigualdade econômica, portanto, desigualdade social. Moura diz que:

Em uma manhã paulistana de novembro de 1913, Arnaldo Dias morria instantaneamente, em plena adolescência, antes mesmo de iniciar o trabalho em uma fábrica de tecidos de juta. Um dos fios elétricos havia se rompido durante a madrugada, caindo sobre um telhado de zinco que se comunicava com o cano de esgoto do estabelecimento. Arnaldo estava entre um grupo de pequenos trabalhadores, esperando para entrar na fábrica e recebeu violento choque ao tocar no cano que, junto ao portão, havia se transformado em perigo

iminente. O perigo foi ao longo do tempo um dos componentes do cotidiano de pequenos operários e operárias nas fábricas e oficinas em São Paulo. Em um fim de tarde de fevereiro daquele mesmo ano, Concetta Pedra, de 13 anos de idade, havia ferido gravemente a mão direita em uma das máquinas na fábrica de papel em que trabalhava. Para muitos menores, a atividade produtiva traduziu-se, portanto, em sequelas físicas irreversíveis e na morte prematura. Não foram poucas as crianças e foram muitos os adolescentes vitimados em acidentes do trabalho, em decorrência do exercício de funções impróprias para a idade, das instalações precárias dos estabelecimentos industriais, enfim, de condições de trabalho deploráveis. Hermínio, oito anos, Rosa, dez anos, Antonio, 11 anos, Gertrudes, 12 anos, Guido, 13 anos, entre tantos outros nomes, são referências precisas das marcas que o trabalho imprimiu aos caminhos da infância e da adolescência em São Paulo (MOURA, 2010, p. 315).

A concentração de terras nas mãos de uma classe agrária caracterizou a estrutura fundiária do Brasil nos anos 30. Enquanto a maioria dos trabalhadores rurais vivia em condições extremamente pobres e sem acesso à terra, grandes latifúndios dominavam a área rural. Essa concentração de terras descobertas da escravidão e da colonização portuguesa, que manteve a desigualdade fundiária.

A rápida industrialização levou ao crescimento das cidades e à migração de migrantes do campo para as cidades em busca de trabalho em novos setores. Isso aumentou a disparidade entre cidades e áreas rurais. As áreas rurais, especialmente aquelas controladas por grandes proprietários de terras, muitas vezes permaneceram estagnadas mesmo quando as cidades cresceram e se modernizaram.

Outro ponto que pode ser destacado é a distribuição da propriedade fundiária, em que, geralmente, a grande propriedade ocupa as terras mais favoráveis e uma considerável parcela da população rural não dispõe de terras suficientes para a sua manutenção em nível adequado. Há ainda outra parcela da população rural, que constitui a grande maioria que habita o campo, que não dispõe de terra, nem de recursos e possibilidades para ocupar e explorar terras alheias a título de arrendatário autônomo, submetendo-se a procurar emprego a serviço dos grandes latifundiários, razões estas que muitas vezes determinam os baixos padrões do trabalhador rural brasileiro. Sendo assim, pode-se dizer que a relação de efeito e causa entre a miséria da população rural brasileira e o tipo da estrutura agrária do Brasil consiste e tem como traço essencial a concentração da propriedade fundiária. De um lado, grandes proprietários e fazendeiros; de outro, trabalhadores sem terra ou com insuficiente quantidade de terras, com desnível nas condições de vida e diferença profunda na posição relativa que ocupam frente às atividades agrárias (CARVALHO, 2010, p. 397).

Nesses termos, estende-se a concepção que os espaços de trabalho e de exploração da força de trabalho encara-se como determinante da realidade experienciada pela população na formação da república. Isto posto, é concomitantemente ‘natural’ que aos moldes da formação

e estruturação apresentada – sobretudo ao tratar da concentração fundiária –, que as situações/panoramas perpassam pelo tempo e pela história tornando-se problemas atuais.

3.3 Brasil Econômico-Administrativo e os Aspectos Sociais: Características do Assentamento Flor do Bosque

O Brasil, na primeira metade do século XX, como fora supracitado na parte introdutória deste texto, se encontra em reconstrução política em virtude da crise especulativa do capitalismo financeiro. Sob a perspectiva externa, que também sofria com a crise e o mundo ocidental passava, neste momento em questão, por um período de transformações políticas e culturais.

Não obstante, verifica-se que, com as reformas da década de 1930 e 1940 gerou-se um desenho institucional marcado pela centralização administrativa no Governo Federal com a concessão de amplas atribuições concedidas aos seus órgãos, em especial o Departamento Administrativo do Serviço, que não só não atingiram os fins propostos como denotaram a utilização da elite burocrática como aparato de realização da política do Estado Novo. [...]. De início, analisa-se o contexto de formação das instituições e burocracia administrativa brasileira ainda no Período Colonial, de forma a fixar mediante a permanência dos caracteres patrimonialista, autoritário e ineficiente no exercício da atividade administrativa, bem como a influência perniciosa do poder político no aparato administrativo ainda sob o signo da República, aos quais buscaram as reformas administrativas de Vargas elidir. Após, volta-se o estudo às reformas administrativas da década de 1930 e 1940 de forma a verificar se as suas propostas de impessoalidade e eficiência na Administração Pública, bem como dos modelos importados, dentre os quais da burocracia-racional de Weber, foram capazes de gerar a superação daqueles paradigmas e a profissionalização da burocracia ou importaram na formação de uma dualidade na Administração com a manutenção do clientelismo (MOURA, 2016, p. 370).

A preocupação para o momento que a nação enfrentava era trazer meios de reorganizar o aparelho estatal voltado para eficácia e a produtividade. Esta reorganização atingiu todos os níveis da gestão administrativa, desde a seleção dos funcionários até os métodos de trabalho que estavam elencados ao viés burocrático desta mesma administração.

[...] esse sistema fechado ruiu parcialmente, com o fim do regime Vargas, em agosto de 1945. Nos cinco anos que se seguiram, a reforma administrativa foi conduzida como uma ação governamental rotineira e sem importância. [...] ... referiam-se a um realinhamento e a um reagrupamento geral de departamentos executivos (ministérios), conselhos e comissões; à descentralização gerencial em todos os níveis com o fortalecimento do papel dos ministros na relação

com o primeiro mandatário; e a uma revisão completa dos procedimentos contábeis e de auditoria (WAHRLICH, 1982, p. 51).

Ao mesmo tempo em que as reformas eram feitas, planos foram traçados e a gestão administrativa estava se vinculando à burocracia política; o povo torna-se menos agente dessa transformação e dessa força de mudança. Já ao final da década de 50, o Estado se coloca ainda mais incisivo na proposta de mudanças administrativas vorazes, em planos econômicos que visassem uma produtividade em torno da “máquina pública”.

Na noção de tempo transcorrido, essa mudança entre o pensamento da gestão administrativa e a moral social – que tinham uma aproximação forte nos primeiros momentos de República –, o Brasil passara por um processo de político e recessão da democracia – Golpe Militar de 1964⁴ - e a gestão administrativa passa por mudanças em detrimento de sua nova política governamental. Logo assim, houve processos para diminuir a burocracia e a privatização durante do período de ditadura.

O período que compreende os instantes finais do Brasil ditatorial-militar e a promulgação da Constituição Federal de 1988 é a ‘Nova República’⁵. Neste intervalo há as primeiras e também demasiadas significativas mudanças, pois, são criadas novas instituições públicas. Entre as atribuições dessas instituições estavam as de supervisionar, coordenar, orientar e controlar as atividades relativas à administração de pessoal civil e de serviços gerais. Também fazia parte das atribuições dessas novas instituições a competência para instituir meios para a modernização e organização administrativas, bem como parâmetros à desburocratização.

O processo de construção institucional do Brasil é inerente à percepção dos estados de pobreza que são vivenciados pela população. Noutros termos, perceber o avanço dos processos no sistema democrático e econômico é, sobretudo, observar como a divisão desigual da riqueza

⁴ Conjunto de eventos ocorridos em 31 de março de 1964 no Brasil, que culminaram, no dia 1.º de abril de 1964, com um golpe militar que encerrou o governo do presidente democraticamente eleito João Goulart, também conhecido como *Jango*. A historiografia brasileira considera que o golpe, assim como a ditadura que se seguiu.

⁵ É o período da História do Brasil que se seguiu ao fim da ditadura militar. É caracterizado pela ampla democratização política do Brasil e sua estabilização econômica. Usualmente, considera-se o seu início em 1985, quando, concorrendo com o candidato situacionista Paulo Maluf, o oposicionista Tancredo Neves ganha uma eleição indireta no Colégio Eleitoral, sucedendo ao último presidente militar, João Figueiredo. Tancredo não chegou a tomar posse, vindo a falecer. Seu vice-presidente, José Sarney, assume a presidência em seu lugar. Sob seu governo é promulgada a Constituição de 1988, que institui um Estado Democrático de Direito e uma república presidencialista.

acontece, e nesses termos, qual o método que faz a pobreza continuar enxertada em grande parte da população.

No contexto da região Nordeste existe nuances que exacerbam a discrepância da distribuição de renda e, por conseguinte, se torna signo da região. É comum que no imaginário popular as imagens ao tratar do Nordeste evoquem silhuetas de miséria, seca e retrocesso sociocultural. Essa interconexão entre o que é referido e o existido – enquanto percepção da pobreza em grande parte da população –, é basilar para entender o que acontece no Nordeste e, principalmente, no estado de Alagoas – espaço de interesse para o presente texto.

A ocupação de Flor do Bosque é vista pelos ocupantes como um caminho em direção à liberdade. Para os sem-terra, a terra simboliza a chave para alcançar essa liberdade, sendo compreendida como uma etapa crucial na construção de um espaço próprio, onde a experiência de luta é compreendida como um processo histórico contínuo. Surgindo com uma identidade particular e com o objetivo de melhorar a condição de vida dessas famílias.

O município de Messias está situado na região nordeste do Estado de Alagoas, fazendo divisa ao norte e leste com o município de Flexeiras, ao sul com Rio Largo, e a oeste com Murici. Sua área territorial abrange 112,87 km², o que corresponde a 4,10% da área total de Alagoas. Messias está localizado na mesorregião do Leste Alagoano e na microrregião da Mata Alagoana. A capital está a 33 km de distância do município, e as estradas BR-104 e BR-101 que as conectam são pavimentadas. Sua população, de acordo com o censo de 2022 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), é de 15.405 habitantes, o que representa uma queda de -2,08% em comparação com o censo de 2010.

Messias tem suas origens vinculadas ao desenvolvimento da linha férrea entre o povoado de Flexeiras e a fazenda Bom Jardim. No final do século XIX, a região se tornou movimentada por conta do grande fluxo de viajantes. Com o tempo, sua jurisdição foi transitando entre os povoados próximos.

A linha férrea cruzava o povoado, no caminho entre Flexeiras e a Fazenda Bom Jardim. Curralinho ficava num ponto estratégico da estrada que servia a Joaquim Gomes, Murici e Flexeiras com destino a Maceió e Rio Largo. Como os viajantes passavam muito pelo lugar, o movimento contribuiu para o desenvolvimento do povoado. Em 1947, o nome foi mudado para Messias que, segundo alguns moradores antigos, teve origem em consequência do grande número de carpinteiros existentes na época. A justificativa da denominação deriva, porém, da devoção religiosa, pois a carpintaria era a profissão de São José, pai de Jesus, chamado de "Messias". Até 1950 era povoado de Murici e, em 1960 passou para a jurisdição de Flexeiras (AMARAL, 2011, p. 5).

Os pequenos agricultores que se reuniam em cerca de fazendas de engenho habitavam a região onde o município se encontra hoje. Com o passar do tempo, o surgimento de povoados ao redor dessas atividades rurais promoveu o crescimento da localidade.

A Usina Bititinga, A primeira usina de açúcar do estado de Alagoas e a segunda do Nordeste, desempenhou um papel crucial na emancipação e desenvolvimento de Messias, especialmente a partir de sua instalação em 1950. Gerando empregos aumentou a arrecadação local, o que impulsionou a economia do povoado e contribuiu para o fortalecimento de sua infraestrutura. Além do impacto econômico, o povoado se tornou um ponto de atração para eventos importantes, o que trazia muitos viajantes e também desenvolvia o comércio da região, e em 1962 se tornou um município (CPT, 2011). Conforme mencionado,

A instalação da Usina Bititinga, em 1950, contribuiu decisivamente para o progresso de Messias. Com a criação de empregos e o aumento na arrecadação, o povoado exigiu autonomia administrativa. Em 1962 se transformou em município. Os maiores atrativos do município resumem-se em dois grandes eventos, que movimentam toda a população local e reúne grande número de visitantes: a festa do padroeiro, São Sebastião, que ocorre no dia 20 de janeiro, com uma tradicional procissão pelas ruas da cidade, e a festa de Emancipação Política, realizada no dia 6 de setembro (AMARAL, 2011, p. 5).

O nome "Messias" é uma homenagem ao coronel Messias de Gusmão, uma figura influente e grande proprietário de terras na região que desempenhou um papel importante na economia e sociedade local.

Em 1874 foi um dos organizadores do Comício Agrícola do Quitunde e Jequituba, espécie de cooperativa, uma das primeiras do Brasil, que tinha como finalidade amparar a classe açucareira. Foi também fundador, em São Luís do Quitunde, do jornal Município, órgão oficial do Comício, que antecedeu o Congresso Agrícola do Recife, de 1878. Elegeu-se deputado provincial, pelo Partido Liberal, nas legislaturas 1878-1879, 1880-1881 e 1888- 1889. Nesse período foi também inspetor do Tesouro Provincial em 1885, além de incentivador e participante, em 1888, da Liga Agrícola, na qual debateria os problemas da agricultura nos municípios do norte de Alagoas. Ainda em 1888 fundou, junto com Pedro Nolasco Buarque de Gusmão, a Revista do Norte, onde escreveu artigos sobre a necessidade de auxílio e proteção à lavoura (BARROS, 2005, s/n).

O Assentamento Flor do Bosque, que fica no município de Messias/AL, tem uma formação histórica marcada por conflitos agrários e financeiros. A área, que antes pertencia à Usina Bititinga, passou por uma crise econômica significativa, o que levou ao fechamento da usina e ao desemprego de centenas de famílias, ocasionando na luta pelo direito as terras, “o instrumento utilizado pelos camponeses foi a formação de acampamentos às margens dos

imóveis rurais, com a finalidade de denunciar o não cumprimento da função social da propriedade” (SANTANA, 2021, p. 4). Pode-se destacar o fato de que várias mulheres solteiras que foram morar no assentamento em busca de autonomia financeira e social participaram ativamente de todos os movimentos. No cotidiano, as mulheres ajudavam a organizar as místicas, proteger as crianças durante conflitos e reintegrar à posse, além de preparar a comida para eles (CAVALCANTE, 2020).

Após o fechamento da usina Bititinga e a ocupação das terras, os moradores tiveram que passar por mais um desafio: o estado do solo após décadas da monocultura de cana. Durante mais de 50 anos o solo da região foi preparado somente para o plantio da cana-de-açúcar, deixando-o improdutivo e até contaminado, em alguns casos. Com a criação dos assentamentos, os moradores precisavam cultivar outros produtos além da cana para sua subsistência, fazendo um uso menos agressivo do solo e priorizando a saúde.

O solo do assentamento Flor do Bosque passou por significativas mudanças ao longo do tempo. Inicialmente, a área foi ocupada por cana-de-açúcar por mais de 50 anos, o que predominou na história socioeconômica da região. Com a criação do assentamento, houve uma transformação no uso e ocupação do solo, que agora é dedicado à agricultura diversificada e à criação de pequenos animais, adotando práticas de agroecologia. Essa abordagem prioriza o uso de recursos locais e a redução de insumos externos, promovendo a segurança e soberania alimentar da comunidade (CAVALCANTE, 2020, p. 3).

O assentamento Flor do Bosque desempenha um papel importante na recuperação do solo ao diversificar os cultivos, substituindo a monocultura de cana-de-açúcar por uma agricultura variada que melhora a estrutura e fertilidade do solo. A adoção de práticas agroecológicas, como adubação orgânica e rotação de culturas, contribui para a saúde do solo, enquanto o manejo adequado conserva a água e reduz a erosão. Essas ações garantem autonomia às famílias e promovem sustentabilidade, evitando o uso de insumos químicos prejudiciais e assegurando a segurança alimentar da comunidade.

O assentamento localiza-se na região delimitada ao norte pelas terras da fazenda 29 Serra Verde e pela BR 101, ao leste pelas terras da fazenda Prazeres, ao sul pelas terras da fazenda Riacho Branco e a oeste pela BR 101 (CPT, 2011). Está situado na mesorregião da Mata Alagoana e na Microrregião Homogênea 116, com sede no município de Messias, Alagoas, povoado pelas famílias que ocuparam a propriedade em 1998, o imóvel passou por uma perícia realizada por técnicos do INCRA, que gerou um laudo de vistoria e avaliação conforme a ordem de serviço INCRA/SR-22/G/A//Nº 060/98, de 16 de dezembro daquele ano.

O Projeto de Assentamento Flor do Bosque abriga atualmente 35 famílias provenientes da região, ocupando uma área de 350,8 hectares (CPT, 2011).

4 DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E RECOMENDAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ASSENTAMENTO

O desenvolvimento sustentável é um processo que visa atender às necessidades atuais sem prejudicar a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades. Esse conceito, consolidado no Relatório Brundtland (1987), enfatiza a importância de integrar as dimensões econômicas, sociais e ambientais em políticas públicas e práticas empresariais. A proposta é promover um crescimento que seja justo, inclusivo e que preserve os recursos naturais. Dessa forma, o desenvolvimento sustentável é entendido como um processo contínuo, focado na transformação dos modelos de desenvolvimento, tornando-os mais equivalentes. No âmbito dos assentamentos, ele envolve uma integração de práticas que promovem a preservação ambiental, ao mesmo tempo em que favorecem a inclusão social e as orientações econômicas das comunidades rurais.

No âmbito social, o desenvolvimento sustentável nos assentamentos busca garantir o acesso a serviços essenciais, como educação e saúde, e promover a participação comunitária nas decisões com práticas cooperativistas. O cooperativismo é essencial para o desenvolvimento sustentável de assentamentos rurais, pois une pequenos produtores em torno de objetivos comuns, como melhorar as condições de produção e acesso a mercados, crédito e tecnologias. Isso gera mais autonomia econômica e renda para as famílias, além de promover inclusão social e solidariedade, redução de desigualdades (SEN, 1999). As cooperativas também incentivam práticas sustentáveis, como agroecologia e uso responsável dos recursos naturais, contribuindo para assentamentos mais resilientes e sustentáveis, com foco na justiça social e ambiental (BURLAND, 2005).

A inclusão social visa reduzir desigualdades e melhorar a qualidade de vida, oferecendo oportunidades de crescimento e bem-estar. Economicamente, busca-se promover práticas de produção e consumo que respeitem os recursos naturais locais, gerando renda e autonomia para as famílias, como a agroecologia e a agricultura familiar. O objetivo é fortalecer economias locais mais resilientes e sustentáveis, com base em práticas que preservem a biodiversidade (BATALHA e FIGUEIREDO, 2011).

Este princípio é particularmente pertinente em regiões de reforma agrária, onde as comunidades dependem dos recursos naturais para sua sobrevivência e prosperidade. A

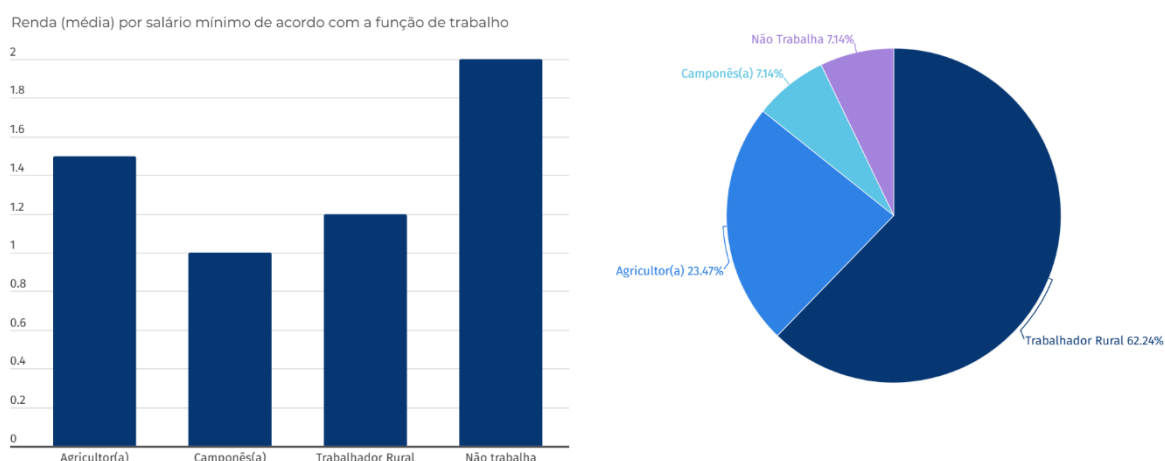
implementação de práticas de sustentabilidade pode oferecer respostas para questões como a degradação do solo, a falta de água e a ausência de infraestrutura apropriada, fomentando a independência e o fortalecimento das famílias residentes. Através de políticas públicas e ações comunitárias, podemos formular estratégias que promovam o crescimento econômico sem comprometer a preservação do meio ambiente e o bem-estar social dessas comunidades.

A avaliação socioeconômica de uma comunidade é fundamental para compreender as condições de vida de seus residentes, os recursos à disposição e os obstáculos que a comunidade precisa superar. Ela possibilita a identificação de indicadores como renda, trabalho, educação e acesso a serviços essenciais, além de avaliar o efeito das políticas públicas postas em prática. A partir dessas informações, podemos elaborar um diagnóstico exato da situação do assentamento, que servirá como fundamento para a elaboração de sugestões voltadas para o desenvolvimento sustentável, com o objetivo de aprimorar as condições socioeconômicas de forma justa e duradoura (BURSZTYN e LEMOS, 2001). Além disso, permite o monitoramento e adaptação das políticas públicas, garantindo que as ações sejam alinhadas às necessidades reais das comunidades, resultando em assentamentos mais justos e resilientes (OLIVEIRA, 2017).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No contexto da Figura 1 é possível ponderar enquanto informação vinculada às características do local. À vista disso, numa interpretação direta sobre a renda e a ocupação para desempenhar alguma função remunerada, percebe-se que as maiores remunerações estão atreladas ao escopo de ‘nenhuma atividade’. Nestes termos, encontra-se que, aproximadamente, 92% dos entrevistados trabalham diretamente no campo e a renda é maior que dois salários-mínimos na cotação atual para o segundo semestre de 2024 (R\$ 2.824,00).

Figura 1. Renda (Média) por Salário-Mínimo de acordo com a Função de Trabalho dos Entrevistados no Assentamento Flor do Bosque, Messias-AL.



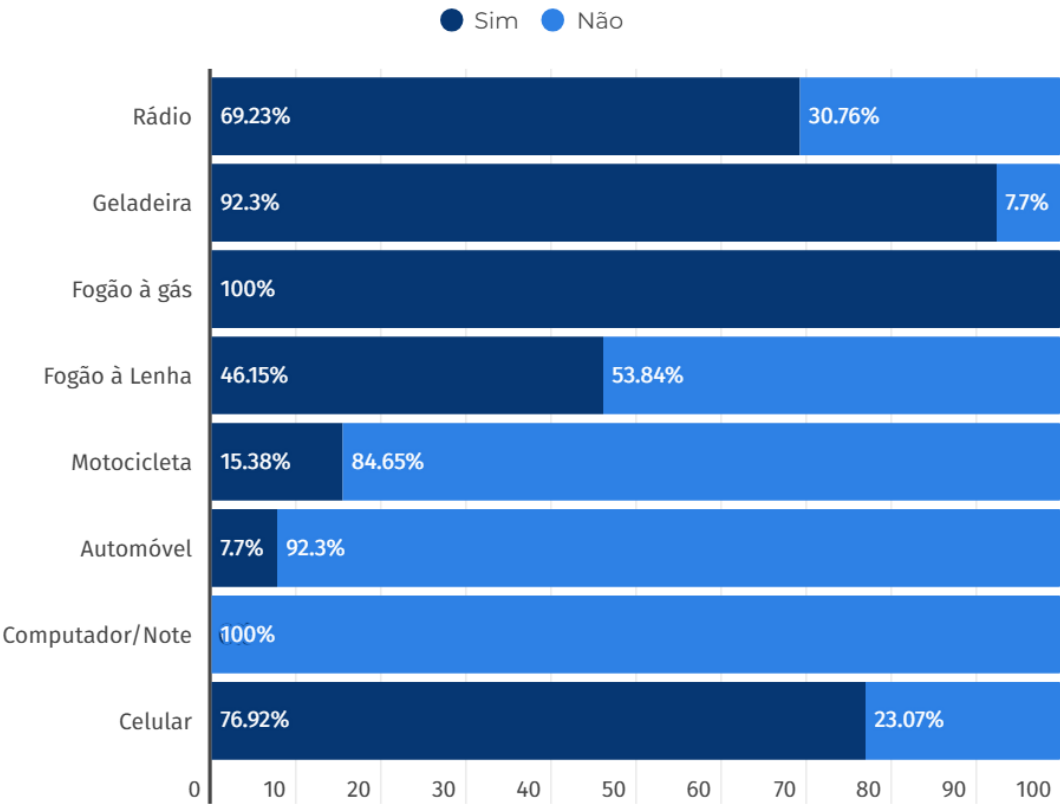
Fonte: autoria própria (2024)

Outra interpretação possível é considerar o maior contingente de trabalho apontado no gráfico - os trabalhadores rurais. Somando 62,24%, compreende-se enquanto um dos salários mais baixos. Isto posto, torna-se para uma breve percepção que a possibilidade de movimento dinâmico de ascensão social da qualidade de vida e/ou do trabalho é demasiadamente difícil, pois a concentração do capital encontra-se com a minoria, sobretudo, dos que não desempenham qualquer tipo de trabalho do campo.

A Figura 2. mostra alguns dos bens de consumo que estes detêm no assentamento. A cor mais escura representa a porcentagem dos moradores que possuem o bem em questão, e a

mais clara dos que não. Nesse certame é possível supor que o nível de renda (Figura 1) se torna fator determinante ao perceber que as necessidades em comum condizem com o espaço amostral demonstrado pela relação: renda e bens.

Figura 2. Principais Bens Materiais Possuídos pelos Entrevistados no Assentamento Flor do Bosque, Messias-AL.



Fonte: autoria própria (2024).

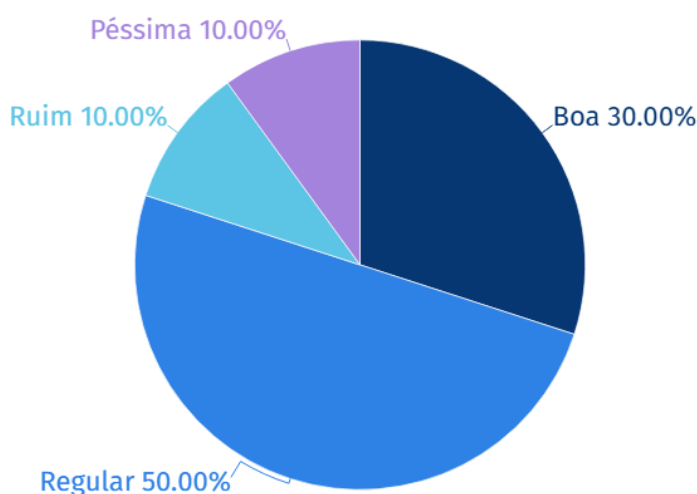
A aquisição de bens essenciais, como fogão, geladeira e outros itens domésticos, está vinculada à busca por uma vida mais confortável e à garantia das necessidades básicas. Esses bens são fundamentais para facilitar as tarefas diárias, como a preparação de alimentos e o armazenamento adequado de produtos, garantindo maior autonomia e qualidade de vida. Em muitas dessas comunidades, a melhoria das condições de moradia e a obtenção desses itens são vistas como passos importantes para melhorar o bem-estar das famílias, especialmente em regiões onde a infraestrutura é limitada (FERREIRA, 2012).

O rádio, por sua vez, continua sendo uma das principais fontes de informação em áreas rurais, sendo culturalmente crucial para os moradores. Apesar do gráfico demonstrar a presença

da inclusão digital pela porcentagem de celulares dentro da comunidade e acesso à internet. O rádio se mantém como uma ferramenta de comunicação eficaz, oferecendo acesso a conteúdo essenciais sobre saúde, educação, programas sociais e técnicas agrícolas. Assim, o rádio não só mantém a população informada, mas também serve como uma plataforma de aprendizagem e conscientização, essencial para o desenvolvimento social e econômico das comunidades rurais (SILVA, 2015).

A Figura 3. mostra a opinião dos moradores em relação à infraestrutura da região a respeito de vias, saúde e saneamento básico. A má condição das vias indica que a melhoria da infraestrutura rodoviária poderia potencializar a mobilidade dos habitantes do assentamento, proporcionando um acesso mais seguro e eficiente a motocicletas e carros. Esta alteração poderia promover uma conexão mais eficaz com regiões externas, crucial para o acesso a oportunidades econômicas, serviços de saúde, educação e outras demandas.

Figura 3. Opinião dos Entrevistados sobre a Infraestrutura Local no Assentamento Flor do Bosque, Messias-AL.



Fonte: autoria própria (2024).

Destaca-se nesse contexto a ineficácia das políticas governamentais em relação à infraestrutura. É essencial priorizar a melhoria das estradas, que é um setor-chave (MONTES, 2011, sp.) nessa região, facilitando, assim, o deslocamento de pessoas e produtos, garantindo um acesso mais seguro a mercados e serviços indispensáveis, como saúde e educação. Quando

realizado de maneira sustentável e planejada, o investimento em infraestrutura rodoviária tende a ter um impacto positivo na dinâmica econômica e social da comunidade. Estradas em bom estado de conservação não só diminuem os gastos com transporte, como também atraem investimentos estrangeiros, o que pode levar à geração de empregos e ao fortalecimento da economia local. Ademais, uma infraestrutura rodoviária aprimorada promove a mobilidade dos residentes, possibilitando que eles participem de forma mais engajada em atividades culturais, sociais e políticas, favorecendo assim uma maior união comunitária.

Uma infraestrutura de saneamento eficaz é fundamental para a saúde, a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável nos assentamentos rurais. Serviços como abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e coleta de resíduos tóxicos, promovem o bem-estar e preservam o meio ambiente, contribuindo para a sustentabilidade local (IBGE, 2021; OMS, 2022). Além disso, os investimentos em saneamento impulsionam a produtividade econômica, atendem às necessidades básicas e favorecem a inclusão social, alinhando-se aos Objetivos de desenvolvimento sustentável, especialmente os objetivos 3 e 6, conforme destacados o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB, 2019).

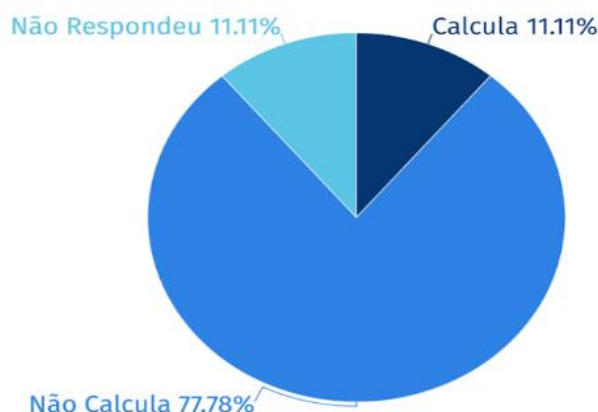
No assentamento Flor do Bosque, trazendo a problemática da saúde, mostra problemas importantes de infraestrutura referente ao acesso e ao gozo desse direito fundamental. A precarização das possibilidades de usufruto à saúde é determinante para o bem-estar dos moradores e, conseqüentemente, para o andamento da rotina de trabalho e subsistência deles. À vista dessa concepção, a falta de unidades de saúde e a escassez de serviços dessa natureza dentro do assentamento, muitas vezes obriga a população a se deslocar para centros urbanos à busca de assistência médica, promovendo o agravamento da situação das crianças e dos idosos. O panorama supracitado demonstra os desafios costumeiros/cotidianos que apontam para as desigualdades sociais que a comunidade do Assentamento Flor do Bosque perpassa.

Todavia, é crucial que os aprimoramentos à infraestrutura em assentamentos rurais sejam planejados de forma a atender às especificidades locais e à preservação ambiental. A adoção de métodos de construção sustentável, como o uso de materiais ecológicos e técnicas de baixo impacto ambiental, contribui para minimizar danos à ecossistema (GALDINO et al., 2019). Além disso, a preservação de áreas verdes e recursos naturais previstas nas intervenções garante a coexistência harmoniosa entre progresso e natureza (CARNEIRO et al., 2021). Priorizar a sustentabilidade dessas ações promove não apenas a satisfação das necessidades atuais da população, mas também prepara o local para desafios futuros, consolidando um modelo de desenvolvimento integrado e resiliente (SILVA e SOUZA, 2020).

Vale ressaltar que o Flor do Bosque está cadastrado no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), uma das principais iniciativas do Governo Federal brasileiro voltada para o desenvolvimento socioeconômico do país, contemplando áreas como infraestrutura, saneamento e habitação (SILVA et al., 2020). No contexto da agricultura familiar, o PAC desempenha um papel fundamental na promoção de investimentos que visam fortalecer a produção e a qualidade de vida no campo, cabendo aos responsáveis fazerem a distribuição de forma correta desses recursos (OLIVEIRA e SANTOS, 2021).

A Figura 4. demonstra a relação que os moradores do Assentamento Flor do Bosque possuem com a organização financeira relacionado a produção rural. É notório que os assentados não fazem controle sobre custos e demasiadas despesas acerca da produção, esse conhecimento é um fator chave que confere ao assentado saber se as atividades exercidas vêm dando lucro ou não.

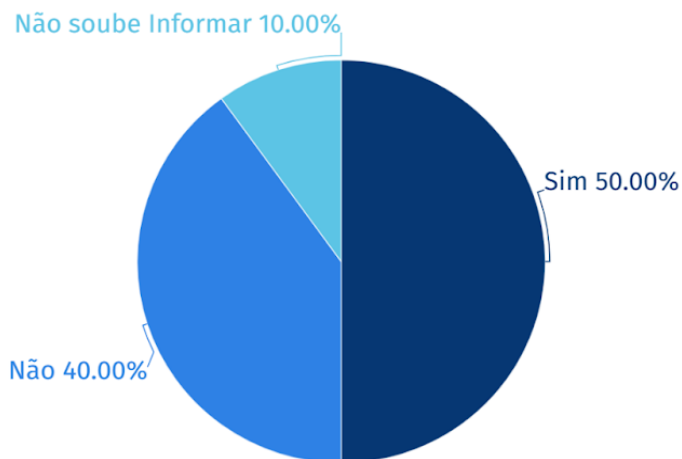
Figura 4. Proporção de Entrevistados que Calcula os Custos de Produção no Assentamento Flor do Bosque, Messias-AL.



Fonte: autoria própria (2024).

Já a Figura 5 mostra o controle total da renda doméstica das suas residências, sugerindo uma desconexão com a gestão efetiva da receita obtida no trabalho e destinada ao lar. Essa falta de controle financeiro pode ocultar dificuldades econômicas que não são imediatamente aparentes na percepção de lucratividade das atividades agrícolas. Isso ressalta a necessidade de programas de educação financeira focados na administração agrícola e doméstica.

Figura 5. Proporção de Entrevistados que Realizam Controle Financeiro Familiar no Assentamento Flor do Bosque, Messias-AL.



Fonte: autoria própria (2024).

A educação financeira busca resolver a falta de contabilidade nas atividades agrícolas familiares. Por meio de programas de treinamento específicos, específicos para a administração financeira e a contabilidade simplificada, é possível capacitar agricultores de forma prática e adaptados às suas realidades (SOUZA et al., 2020). Oficinas de educação financeira podem orientar sobre a gestão de recursos renováveis, contribuindo para uma administração mais eficiente das rendas e aumentando a previsão econômica das atividades produtivas (SEBRAE, 2022). A adoção de práticas financeiras bem estruturadas é um passo importante para fortalecer a autonomia econômica das famílias e promover o desenvolvimento sustentável local (PINTO e COSTA, 2021).

Além disso, a capacitação em educação financeira desempenha um papel essencial para conscientizar os indivíduos sobre a importância do planejamento e organização das finanças pessoais. Essa habilidade permite aos moradores monitorar seus ganhos e despesas, identificando áreas para economizar ou investir, o que pode ampliar seus lucros e garantir maior estabilidade econômica. Tal capacitação é especialmente relevante para famílias que operam com margens de lucro reduzidas, característica comum em assentamentos rurais (SOUZA et al., 2020). Ao fortalecer a gestão financeira familiar, o assentamento pode alcançar maior autonomia e resiliência, capacitando os moradores para enfrentar crises econômicas e aproveitar oportunidades de forma sustentável (PINTO e COSTA, 2021). A educação financeira, quando

bem estruturada, torna-se um pilar para o desenvolvimento socioeconômico e sustentável dessas comunidades (SEBRAE, 2022).

Instruir sobre práticas contábeis básicas e de fácil acesso poderia não só corroborar as percepções de investimento e lucro, mas também desvendar oportunidades para redução de despesas e incremento de rendimentos. A incorporação desses saberes poderia aumentar a sustentabilidade financeira das famílias, promovendo um crescimento mais sólido e sustentável para o assentamento. O SEBRAE é uma instituição que se faz presente dentro do Flor do Bosque, levando apoio a formalização de pequenos negócios e o desenvolvimento de empreendimento rural, oferecendo consultoria, treinamentos e acesso a crédito e contribuindo para a criação de cadeias produtivas sustentáveis e a geração de emprego e renda, incentivando o desenvolvimento de empreendimentos sustentáveis e de baixo impacto ambiental. Todavia, cabe também aos assentados o interesse em adquirir esse determinado conhecimento.

Ao que mostra a Tabela 1. evidencia um dos determinantes para a dificuldade de mudanças significativas na realidade de vida do Assentamento Flor do Bosque, a educação.

Tabela 1. Distribuição dos Níveis de Escolaridade dos Entrevistados no Assentamento Flor do Bosque, Messias-AL

ESCOLARIDADE			
Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Médio Incompleto	Médio Completo
22,22%	11,11%	44,44%	22,22%

O nível de escolaridade dos residentes do assentamento torna notória a inter-relação que o trabalho – como fora citado anteriormente ao tratar da predileção que se trabalhe para manter aquele panorama e detrimento dos estudos para transformá-lo – com a falta de capacidade individual de transgredir para outras possibilidades financeiras. Nesse certame, o liame acerca da educação com a melhoria do cotidiano é insípido, pois o número em adesão aos estudos é mínimo, traduzindo, significativamente, na pouca dinâmica do local. Isto posto, pode-se tecer a conjectura que, à vista da educação, se explica pelo local se encontrar com sua única instituição de ensino desativada, além do êxodo rural dos mais jovens ao buscar condições financeiras melhores, iniciando a carreira de trabalho em serviços que não exigem alta formação educacional, todavia, vale ressaltar que a prefeitura de Messias disponibiliza transporte e apoio aos que permanecem residentes no assentamento para escolas municipais, IFAL e UFAL pelo

PAC, porém, depara-se com a cultura do trabalho agrícola/camponês/subsistência, onde a presença no campo se torna mais importante que o acesso à educação.

A decisão de muitos moradores do assentamento de não concluir os estudos, apesar dos incentivos governamentais, como transporte e apoio, está relacionada a fatores socioeconômicos, culturais e estruturais. Tendo em vista que, a dificuldade econômica, com a dependência da agricultura e atividades informais, é um obstáculo significativo. Além disso, para os mais velhos, a falta de infraestrutura adequada e a distância das escolas e universidades se tornam um fator limitante. A reativação da instituição dentro da comunidade trazendo cursos técnicos específicos para o meio rural seria uma solução para essa parcela da comunidade, neste panorama, que o trabalho é a diretriz final dos costumes (THOMPSON, 1998, p. 14) locais ao determinar a quão necessária é a formação dos indivíduos, noutros termos, a atividade laboral exige pouco ou nenhuma instrução formal e, conseqüentemente, não se faz essencial realização do trabalho.

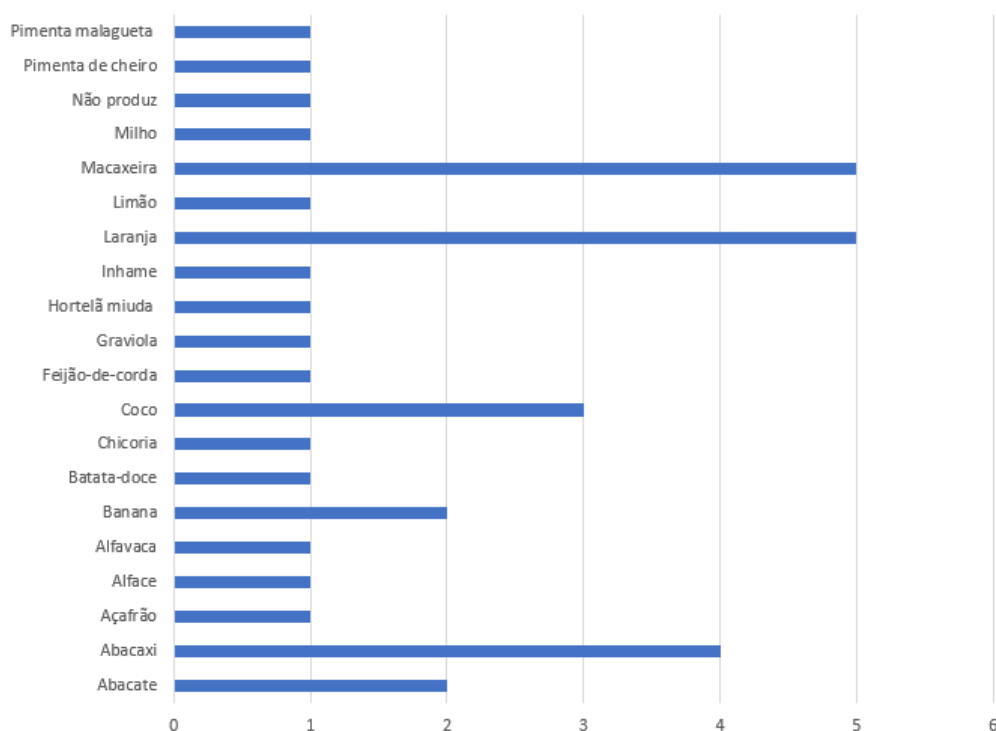
O SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) é uma instituição ativa dentro do Flor do Bosque e contribui com programas de capacitação profissional e orientação técnica, especialmente nas áreas de agricultura, pecuária e agroindústria, melhorando a produtividade e a sustentabilidade das atividades. Ao capacitar os assentados (SENAR 2023), o SENAR ajuda a aumentar a eficiência no uso dos recursos naturais e na adoção de práticas de manejo sustentável, todavia sem a reativação dessa instituição local, a mesma fica limitado para entregar o aporte necessário para essa parcela da comunidade.

Entre os jovens, relativa parcela opta pelo êxodo rural em busca de melhores condições financeiras e sociais nas cidades pois eles não percebem o campo como um lugar com perspectivas de crescimento educacional e profissional, já que, para muitos, a vida urbana oferece oportunidades mais altas, sendo uma alternativa que proporciona ascensão social, impulsionando essa migração (ALMEIDA, 2007). Contudo, vale ressaltar que a realidade urbana, muitas vezes, é de trabalho precário e pouco valorizado, o que leva a uma insatisfação após a migração (WOLLMER, 2016). Já a parcela dos jovens que concluem o ensino médio/técnico, em entrevista, dizem não enxergar o ensino superior como uma opção viável para melhorar sua qualidade de vida, dada a escassez de oportunidades de trabalho formal nas áreas rurais. A valorização de profissões tradicionais e o vínculo com a terra também influenciam essa decisão. De acordo com Almeida (2007), a falta de perspectiva de inserção no mercado de trabalho formal e a insuficiência de políticas públicas externas para esses jovens aumentam essa desmotivação. Apesar dos incentivos, a falta de apoio contínuo, como

orientação vocacional e parcerias com empresas rurais, faz com que o ensino superior seja visto como algo distante e inacessível.

Sobre a produção do Assentamento Flor do Bosque, a Figura 06, proporciona uma análise multifocal⁶ ao tratar da produção e suas quantidades. Com um montante de 20 (vinte) produtos diferentes, é um raciocínio sistemático e gradativo – para além da pesquisa feita em campo –, que muitos desses produtos são consumidos, trocados e/ou comercializados em feiras locais, o que evidenciaria um determinado senso de corporativismo entre os residentes do assentamento. Ao perceber uma quantidade de produtos neste volume, compreende-se uma relação direta entre os moradores do assentamento que, dentro da realidade do local, se auxiliam, direta e indiretamente, acerca da vida cotidiana.

Figura 6. Diversidade de Culturas no Assentamento Flor do Bosque, Messias - AL: Foco na Agricultura Familiar e Produção Sustentável.



Fonte: autoria própria (2024).

⁶ Conceito usado para referir-se a ideia de que não há apenas um objeto em foco, consequentemente e para os interesses particulares do presente texto monográfico, ‘multifocal’ são as possibilidades argumentativas que se poderão ser tecidas à vista das informações proeminente da pesquisa realizada e os resultados encontrados.

A diversificação da produção agrícola é essencial para garantir a sustentabilidade econômica e social. A comunidade do Assentamento Flor do Bosque se faz presente no abastecimento de feiras locais, tendo o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2023). A Comissão Pastoral da Terra (CPT) tem papel essencial no desenvolvimento do assentamento Flor do Bosque, em Messias-AL, oferecendo suporte jurídico, social e político às famílias. Sua atuação é voltada para fortalecer a organização comunitária, promover formações em agroecologia e incentivo a práticas agrícolas sustentáveis, além de mediar conflitos e garantir os direitos dos trabalhadores rurais. A CPT também colabora na valorização da luta pela terra e no fortalecimento da identidade cultural dos assentados, contribuindo para a melhoria das condições de vida e para um modelo de desenvolvimento rural mais inclusivo e sustentável (FERNANDES, 2009; COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2022).

A presença da EMATER também se torna fator determinante a essa prática, e vem desempenhando um papel estratégico no incentivo à produção sustentável e orgânica, ao oferecer capacitações e assistência técnica externas para práticas agroecológicas, apoiando os agricultores na produção de produtos orgânicos, o que amplia o acesso aos mercados e valoriza a produção local. (EMATER, 2023).

Tais prática permitem atender não só a demanda em feiras locais, mas também fornecer renda direta aos produtores, diminuindo a dependência de intermediários. Além disso, fortalece os laços comunitários por meio do compartilhamento de produtos e experiências. O cooperativismo complementa esse processo para organizar e capacitar os agricultores, facilitando o acesso a mercados, políticas públicas e financiamentos, enquanto incentiva práticas sustentáveis. Segundo Schneider e Cassol (2020), a cooperação promove a resiliência e o desenvolvimento das comunidades rurais, criando um ciclo virtuoso que integra renda, inclusão e valorização cultural.

Os dados apresentados no presente diagnóstico socioeconômica têm como objetivo retratar aspectos – em separado, da realidade vivida pelos residentes do assentamento Flor do Bosque – investigados para esta monografia. Ademais, as características particulares de cada gráfico/tabela suscitam uma particularidade do ambiente e, conseqüentemente, demonstra nuances que, direta ou indiretamente – inferem-se na continuidade da situação dos mesmos moradores.

Nesse cenário, o acesso limitado a direitos essenciais como saúde, educação e infraestrutura restringe a participação social e o crescimento sustentável. Embora os laços comunitários e presença de instituições importantes façam com que a residentes se sintam mais pertencentes a esse local, ainda se faz necessário mais investimentos externos em políticas públicas e melhorias básicas, rompendo obstáculos que impedem a verdadeira inserção social e econômica dessa comunidade. Apesar de organizado, o assentamento permanece à margem devido a problemas estruturais que mantêm a população preservada e se tornam visíveis para as autoridades.

Destarte, a identidade coletiva e o sentimento de comunidade devem se combinar com políticas de inclusão efetivas para que a inclusão social e o desenvolvimento sustentável sejam realmente concretizados (ALMEIDA, 2015; OLIVEIRA et al., 2017). O fortalecimento das redes de apoio presentes deve ser acompanhado por ações concretas do poder público que promovam acesso adequado à saúde, educação e infraestrutura, permitindo que os moradores de Flor do Bosque não apenas vivam, mas também vivam com qualidade, tendo pleno direito à cidadania.

6 CONCLUSÃO

Nesses termos, conclui-se que é essencial fortalecer políticas públicas que considerem as especificidades enfrentadas pelos assentados, com investimentos em capacitação e infraestrutura local. Isso inclui o apoio a redes já existentes que buscam solucionar problemas da comunidade e incentivar o protagonismo dos moradores. Essas ações são fundamentais para o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida no assentamento.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de. Cana, casa e poder. Maceió: EDUFAL, 2009.
- ALMEIDA, JR. Inclusão social e políticas públicas no Brasil: desafios e perspectivas. 2015. Disponível em: <https://www.editoras.ufrgs.br/>. Acesso em: 21 nov. 2024.
- ALMEIDA, M. C. Desafios da educação rural: o acesso ao ensino superior nas zonas periféricas. Brasília: MEC, 2007.
- AMARAL, E. M. do; PINTO, A. dos S.; SILVA, V. F. da. Plano de Desenvolvimento do Assentamento Flor do Bosque. Maceió: Comissão Pastoral da Terra – CPT, 2011.
- BARBOSA, G. S. O desafio do desenvolvimento sustentável. Disponível em: https://fsma.edu.br/visoes/edicoes-antiores/docs/4/4ed_O_Desafio_Do_Desenvolvimento_Sustentavel_Gisele.pdf. Acesso em: 22 jul. 2024.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARROS, F. R. A. de. ABC das Alagoas: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico de Alagoas. 2005.
- BATALHA, M. O.; FIGUEIREDO, M. L. Desenvolvimento sustentável e agricultura familiar: O papel da agricultura familiar no desenvolvimento rural sustentável. Revista Brasileira de Economia, v. 65, n. 4, p. 413-432, 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. Vida para consumo: A transformação das pessoas em mercadorias. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BEZERRA, C. Geografia do Capital: Desenvolvimento territorial, educação do campo e políticas públicas. 2012. (Relatório de Pesquisa). Disponível em: <https://www.example.com>. Acesso em: 02 jun. 2023.
- BRASIL. Lei Estatuto da Terra: Lei nº 4.504/64, de 30 de novembro de 1964. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 1964.
- BRASIL. Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Disponível em: <https://www.gov.br>. Acesso em: 18 nov. 2023.
- BRASIL. Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB). 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br>. Acesso em: 21 nov. 2024.
- BRUNO, R.; MEDEIROS, L. S. Percentuais e causas das evasões nos assentamentos rurais. Brasília: INCRA/FAO, 2001. 40 p. (Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO).
- BURLAND, F. Cooperativismo e desenvolvimento sustentável: reflexões sobre a solidariedade no campo. Editora da Universidade Federal, 2005.
- BURSZTYN, M.; LEMOS, A. Agricultura e desenvolvimento sustentável: perspectivas e desafios. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

CARNEIRO, J. A.; PEREIRA, C. M.; ANDRADE, L. F. Planejamento sustentável em assentamentos rurais: uma abordagem integrada. *Revista Ambiente e Sociedade*, v. 24, n. 4, p. 120-136, 2021.

CARVALHO, Livia Hernandes. A concentração fundiária e as políticas agrárias governamentais recentes. *Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 395-428, 2010.

CARVALHO, C. P. *Economia Popular: uma via de modernização para Alagoas*. 4. ed. rev. e ampl. Maceió: EDUFAL, 2010.

CAVALCANTE, M. J.; AMARAL, H. M.; NAVAS, R. Diagnóstico social e produtivo do assentamento Flor do Bosque, município de Messias/Alagoas. *Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934, Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia*, v. 15, n. 2, 2020.

COSTA, J.; FERNANDES, L.; ANJOS, F.; ASSIS, J. Produção agrícola em assentamentos rurais localizados em áreas de monocultura do Litoral Norte de Alagoas. *Cadernos de Agroecologia, ISSN 2236-7934, Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF*, v. 13, n. 1, Brasília, jul. 2018.

DAGNINO, R. (Org.). *Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade*. Campinas-SP: Komedi, 2010.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Relatórios Anuais e Documentos. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/>. Acesso em: 21 nov. 2024.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA ALAGOAS. Histórias e ações em prol da reforma agrária. Disponível em: <http://www.cptalagoas.org.br/>. Acesso em: 21 nov. 2024.

FERRER, W. M. H.; DIAS, J. A. *Manual prático de metodologia da pesquisa científica: noções básicas*. Marília, SP: Unimar, 2023.

FERNANDES, B. M. Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979-1999). Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FERNANDES, B. M. *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): formação e territorialização no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2000.

FERNANDES, B. M. *Questão Agrária e Luta pela Terra no Brasil*. 2009. Disponível em: <https://www.editora.ufrgs.br/>. Acesso em: 21 nov. 2024.

FERNANDES, B. M. *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez, 2001. (Questões da Nossa Época, 92).

FERREIRA, L. A. *Condições de vida e acesso a bens de consumo nas comunidades rurais brasileiras*. São Paulo: Editora Universitária, 2012.

FLEXOR, Georges; LEITE, Sérgio. Mercado de terra, commodities boom e land grabbing no Brasil. In: *Questões Agrárias, Agrícolas e Rurais*. 1. ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017.

GALDINO, M. F.; LIMA, A. R.; OLIVEIRA, P. T. Sustentabilidade em infraestruturas rurais. *Revista de Planejamento Rural*, v. 18, n. 2, p. 45-59, 2019.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

GOSCH, S. M. A. A Criação dos Assentamentos Rurais no Brasil e seus Desafios: algumas Considerações sobre o Cerrado Goiano. *RP3 - Revista de Pesquisa em Políticas Públicas*, 2020.

HISTÓRIA – Prefeitura de Messias. Disponível em: <https://messias.al.gov.br/historia/>. Acesso em: 15 set. 2024.

IANNI, Octávio. Dialética das relações raciais. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 50, jan./abr. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100003.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022. Messias: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 02 jun. 2023.

IBGE. Indicadores de Saneamento Básico no Brasil. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 21 nov. 2024.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Reforma Agrária, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br>. Acesso em: 02 jun. 2023.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Reforma Agrária, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br>. Acesso em: 02 jun. 2023.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Reforma Agrária, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br>. Acesso em: 02 jun. 2023.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2013.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R. Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. *Estudos NEAD*, n. 6, Brasília: MDA/INCRA/NEAD; São Paulo: UNESP, 2004.

LIMA, José Carlos da Silva. Terra e violência histórica e cultural: estudo do caso do acampamento Lucena. In: FRANÇA, José Nascimento de (org.). *Agricultura familiar e reforma agrária em Alagoas: alguns elementos*. Maceió: Edufal, 2014.

MANZINI, E. J. **Entrevista semi estruturada:** Análise de objetivos e roteiros. In: *Seminário Internacional Sobre Pesquisa E Estudos Qualitativos*. Bauru: USC, 2004. CD-ROOM. ISBN:85-98623-01-6. 10p. 1.

MARCONI, MA; LAKATOS, EM Fundamentos de metodologia científica . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 315 p.

MARTINS, RM; CAMPOS, VC Guia prático para pesquisa científica . Rondonópolis: Unir, 2003. 90 p.

MEDEIROS, Fernando Antônio Mesquita de. O homo inimicus: igreja, ação social católica e imaginário anticomunista em Alagoas. Maceió: Edufal, 2007.

MORISSAWA, M. A História da luta pela terra e o MST. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In: PRIORE, M. (org.). História das crianças no Brasil. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MOURA, Emerson Affonso da Costa. Burocracia brasileira, reforma administrativa e estado novo: o papel do aparato administrativo no governo Vargas. Revista Estudos Institucionais, v. 1, 2016.

MOURÃO, Luciana. Oportunidades de Qualificação Profissional no Brasil: Reflexões a partir de um Panorama Quantitativo. RAC, Curitiba, v. 1º, art. 8, pág. 136-153, jan./mar. 2009.

NUNES, Juraildes Barreira; NEIVA, Joana Nazar; MOREIRA, Iracema Eliza de Vasconcellos; TSUKUMO, Isadora Tami Lemos. A questão agrária brasileira: algumas particularidades sócio-históricas. Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social, v. 1, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/45837>. Acesso em: 06 jun. 2024.

OLIVEIRA, LF Avaliação e sustentabilidade em assentamentos rurais: um olhar crítico. Brasília: Emater/DF, 2017.

OLIVEIRA, M. Desenvolvimento sustentável e inclusão social: políticas públicas no contexto rural. 2017. Disponível em: <https://www.revistadedeconomia.ufmg.br/>. Acesso em: 21 nov. 2024.

OLIVEIRA, A.; SANTOS, R. Políticas públicas para o campo: o papel do PAC no fortalecimento da agricultura familiar. Cadernos de Políticas Públicas, v.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Relatório Global sobre Água, Saneamento e Higiene. 2022. Disponível em: <https://www.who.int>. Acesso em: 21 nov. 2024.

PEREIRA, Thiago Marques; HIRAI, Wanda Griep. Caravana agroecológica: experiências e desdobramentos. Trabalho apresentado no Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

PINTO, J.; COSTA, L. Gestão financeira simplificada no setor agrícola: desafios e soluções. Revista de Economia Rural, 2021.

PRADO JUNIOR, C. A questão agrária no Brasil. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

REIS, E.P. Processos e escolhas: estudos de Sociologia Política. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

RELATÓRIO BRUNDTLAND (1987). Nosso futuro comum. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD).

- RIZZINI, Irma. Pequenos Trabalhadores do Brasil. In: PRIORE, M. (org.). História das crianças no Brasil. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. Criança e criminalidade no início do século XX. In: PRIORE, M. (org.). História das crianças no Brasil. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL (SENAR). Disponível em: < www.senar.org.br >.
- SILVA, M. Agricultura familiar e reforma agrária no Brasil: desafios e políticas públicas. Rio de Janeiro: Editora Campos, 2018.
- SILVA, JR; e outros. Impactos do PAC na infraestrutura rural: um olhar sobre a agricultura familiar. Revista de Desenvolvimento Rural, v.
- SILVA, R.P.; SOUZA, TF Infraestrutura e sustentabilidade em comunidades rurais. Revista de Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 3, pág. 89-102, 2020.
- SILVA, AS Uma rádio como meio de comunicação em áreas rurais: impactos e desafios na disseminação de informações. Brasília: Universidade de Brasília, 2015.
- SOUZA, M.; e outros. Educação financeira em comunidades rurais: impacto na sustentabilidade econômica. Revista Brasileira de Extensão Rural, 2020.
- SEBRAE. Educação financeira no campo: boas práticas e soluções para agricultores familiares. 2022.
- SPIEL, Christiane; SCHWARTZMAN, Simon. A contribuição da educação para o progresso social. Ciência & Trópico, Recife, v. 1, pág. 22-86, jan./jul. 2018.
- STÉDILE, João Pedro; LOCONTE, Wanderley. A questão agrária no Brasil. São Paulo: Atual Editora, 1997.
- STÉDILE, JP A luta pela terra no Brasil: a experiência do MST. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- THOMPSON, EP Costumes em Comum. Revisão Técnica Antônio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TRIVIÑOS, AN Introdução à pesquisa em ciências sociais: uma pesquisa qualitativa em educação. 1.ed. 17. reembolso. São Paulo: Atlas, 2008.
- VIERTLER, RB Ecologia cultural: uma antropologia da mudança. São Paulo: Ática, 1988.
- WARHLICH, BMS A reforma administrativa na era de Vargas. Rio de Janeiro: FGV, 1982.
- WESTIN, R. Há 170 anos, a Lei de Terras oficializou a opção do Brasil pelos latifúndios. Fonte: Agência Senado, 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br>. Acesso em: 02 jun. 2023.
- WOLLMER, R. O trabalho agrícola familiar e a busca por alternativas urbanas: desafios para a juventude rural. 2016.

ZANELLA, LC Metodologia da pesquisa. Florianópolis: SEAD/UFSC, 2013. 139 p.